

1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracaia/SP

Edital de Leilão Eletrônico e Intimação da Executados **Adhemar Maringolli** (CPF 043.176.028-4) e **Alice Burgatti Maringolli** (CPF 352.896.378-69), nos autos da **Carta Precatória Cível** requerida por **Wilson Pires Pourchet**. Processo nº **1000641-52.2018.8.26.0450**.

O Dr. **Fernando José Cunico**, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Piracaia/SP, na forma da Lei. Faz Saber, aos que o presente Edital vir ou dele conhecimento tiverem e interessar possa que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

Do Leilão – O 1º Leilão terá início no dia **31/07/26**, às **15h00** e se encerrará no dia **03/08/26** às **15h00**. Não havendo lance igual ou superior à importância da avaliação no período do 1º Leilão, o 2º Leilão seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se no dia **03/08/26**, às **15h01** e se encerrará no dia **25/08/26**, às **15h00**, do horário de Brasília/DF.

Do Condutor do Leilão – O leilão será conduzido pela Leiloeira Oficial Sra. Mariangela Bellissimo Uebara, matriculada na JUCESP sob nº 893, e será realizado por meio eletrônico através da plataforma DESTAK LEILÕES no site www.destakleiloes.com.br.

Do Valor – No 1º Leilão o valor mínimo para a venda do bem apreçoado será o valor atualizado da avaliação judicial. No 2º Leilão o valor para a venda corresponderá a no mínimo 60% (sessenta por cento) do valor atualizado da avaliação judicial, conforme o art. 891, § único do CPC.

Do Pagamento do lance ofertado (à vista e parcelado) – O pagamento deverá ser feito preferencialmente à vista, e deverá ser realizado em até 24 horas após o término do leilão, ou através de parcelamento, de acordo com o artigo 895 do CPC, ressaltando que conforme o § 7º do mesmo dispositivo, prevalecerá o lance à vista. No caso da opção pelo pagamento parcelado, esta deverá ser realizada considerando entrada mínima de 25% do valor do lance, e o saldo remanescente em até 30 parcelas, indicando o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo restante, podendo o interessado incluir seu lance com pagamento parcelado na “Sala de Disputa”, em tempo real, para conhecimento dos demais interessados.

Dos Lances – Os lances deverão ser ofertados pela internet, através da plataforma www.destakleiloes.com.br. Os lances ofertados são irrevogáveis e irretroatáveis. O usuário é o responsável pelas ofertas efetuadas em seu nome e nenhum lance ou proposta poderão ser anulados e/ou cancelados em hipótese alguma.

Da Comissão – A comissão devida à leiloeira deverá ser paga à vista pelo arrematante no equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance vencedor, conforme artigo 7º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

Venda Direta - Na ocasião em que o leilão não tenha recebido lance dentro do prazo pré-estipulado neste edital, por isonomia, economia e celeridade processual, fica desde já autorizada a venda direta dos bens aqui colacionados pelo prazo de até 90 dias através de Alienação Particular, conforme art. 879, I do CPC e Provimento CSM nº 1496/2008, devendo estar o arrematante devidamente cadastrado e habilitado para a oferta de seu lance na plataforma www.destakleiloes.com.br, desde que respeitadas as regras já estipuladas neste edital, devendo esta Alienação ser conduzida por leiloeiro público credenciado perante o órgão judiciário conforme art. 880 do CPC, sendo assim devida a sua comissão. Em caso de propostas com qualquer diferenciação das regras aqui determinadas, estas serão condicionadas à apreciação e aceitação do MM. Juízo.

Quaisquer propostas de arrematação apresentadas diretamente no processo, ainda que posteriores ao encerramento do leilão, e mesmo que este tenha finalizado negativo, também estarão sujeitas aos termos e condições deste edital, em especial à obrigatoriedade de pagamento do percentual a título de comissionamento, sob pena de não acolhimento ou caracterização de aquisição por venda direta, responsabilizando-se o proponente pelos respectivos ônus e débitos incidentes.

Da Desistência – Após a oferta de lance, fica vedada a desistência da arrematação sem a justa causa descrita no art. 903 §5º do CPC, sendo o ato considerado Fraude à Arrematação, passível de reparação de danos na esfera cível conforme arts. 186 e 927 do Código Civil, ficando ainda sujeito às penalidades na esfera criminal conforme art. 358 do Código Penal. Na ocasião do não pagamento do lance ofertado e/ou da comissão da leiloeira, o licitante ficará obrigado ao pagamento da comissão devida no importe de 5% sobre o valor ofertado a favor da leiloeira, além de multa e bloqueio de cadastro. Nesta hipótese ficará autorizada a aprovação dos lances imediatamente anteriores, desde que dentro das regras estabelecidas neste edital.

Dos Débitos – Eventuais débitos pendentes sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, com exceção do previsto no artigo 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional.

Do Cancelamento do Leilão – Nos casos de cancelamento do leilão após a publicação do edital, em razão de acordo entre as partes ou remição da dívida, ficam os executados obrigados a pagar os custos da leiloeira, a título de ressarcimento, fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor do acordo ou do valor remido. Nos casos de desistência da ação ou adjudicação do bem, aquele que deu causa ao cancelamento ou a adjudicação deverá arcar com os custos da leiloeira, fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da avaliação, nos termos do artigo 7º, §3º, da Resolução nº 236/2016 do CNJ. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável e o *caput* do artigo 335 do Código Penal.

Bens:

Lote I – Os executados Adhemar Maringolli e s/m Alice Burgatti Maringolli são detentores de 1/3 do imóvel mais 2/3 dos direitos incidentes sobre o imóvel que consistente no: LOTE DE TERRENO Nº 16 (dezesseis) da quadra “A”, com a área de 600,00 m² (seiscentos

metros quadrados), do loteamento “JARDIM SANTOS REIS”, desta cidade e sede da Comarca de Piracaia-SP, com as seguintes medidas e confrontações:- com frente para a Av.02 confrontando lateralmente com os lotes 15 e 17 e pelos fundos com o lote nº 03 da mesma quadra. Imóvel objeto da matrícula 8.977 do CRI de Piracaia/SP, com Contribuinte Municipal sob o nº 35.41.131.016.00.000 e Cadastro nº 000006068.

Consta na Av.4 (26/03/1991) que a Av.02 passou a denominar Rua Santa Catarina.

Segundo laudo de avaliação de fls. 86/111, no lote de terreno existe uma residência com 253,60m² sendo o pavimento térreo e o inferior com 171,71m² construída no sistema convencional e o pavimento superior com 81,89m² construída em madeira (Grapeira), não averbada na presente matrícula. No pavimento térreo: possui varanda, sala de Tv, sala de estar, hall, lavabo, cozinha e dispensa; No pavimento superior: conta com varanda, sala, 03 dormitórios e banheiro; No pavimento inferior: possui garagem, hall, banheiro, dispensa, lavanderia e quarto externo. O imóvel está localizado à Rua Santa Catarina nº 310, Jardim Santos Reis, Piracaia/SP.

Ônus da Matrícula – Consta na Av.7 (21/06/2016) a penhora exequenda.

Avaliação do bem – (novembro/2019) – R\$570.000,00 que atualizada até maio/2026 perfaz R\$829.598,37. Referido valor será devidamente atualizado na data da alienação judicial.

Lote II – Um terreno correspondente ao lote Nº 17 (dezessete) da quadra “A”, com a área de 600 (seiscentos) metros quadrados, do loteamento “JARDIM SANTO REIS”, Bairro Cachoeira Abaixo, deste município e Comarca, medindo:- 15,00 metros de frente para a Avenida 2 (dois); por 40,00 metros da frente aos fundos, confrontando pelos fundos com o lote Nº 02, e lateralmente com os lotes 16, 18 e 19. Imóvel objeto da matrícula 7.666 do CRI de Piracaia/SP, Contribuinte nº 35.41.131.016.00.000 e Cadastro Municipal nº 000006068.

Segundo laudo de avaliação de fls. 113/126 trata-se de um lote de terreno com área de 600m², encontra-se murado na frente com portão de entrada para acesso de veículo e na lateral esquerda com o lote nº 18, em área urbana. O imóvel está localizado à Rua Santa Catarina, nº 310, Jardim Santos Reis, Piracaia/SP.

Ônus da Matrícula – Consta na Av.4 (19/10/2015) existência de ação exequenda. Consta na Av.5 (21/06/2016) a penhora exequenda.

Avaliação do bem – (novembro/2019) – R\$150.000,00 que atualizada até maio/2026 perfaz R\$218.315,36. Referido valor será devidamente atualizado na data da alienação judicial.

Condições – Os bens serão vendidos em caráter *ad corpus*, no estado em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, eventuais débitos, localização exata e estado de conservação antes da efetiva participação com oferta de lance/proposta na alienação judicial eletrônica, conforme determinado pelo Artigo 18 da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça. As imagens mencionadas na plataforma www.destakleiloes.com.br são meramente ilustrativas, não refletindo necessariamente à realidade do bem.

Intimação – Ficam a Executada, os coproprietários e demais credores intimados por meio de seu(s) advogado(s) ou, se não tiver(em) procurador(es) constituído(s) nos autos, por carta registrada, mandado, edital ou outro meio idôneo. Se o(s) executado(s) for(em) revel(éis) e não tiver(em) advogado(s) constituído(s), não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele(s) encontrado(s) no(s) endereço(s) constante(s) do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão, nos termos do art. 889 do CPC.

Não constam nos autos recursos pendentes de julgamento.
Nada mais.

Piracaia, 22 de maio de 2026.

Fernando José Cunico
Juiz de Direito